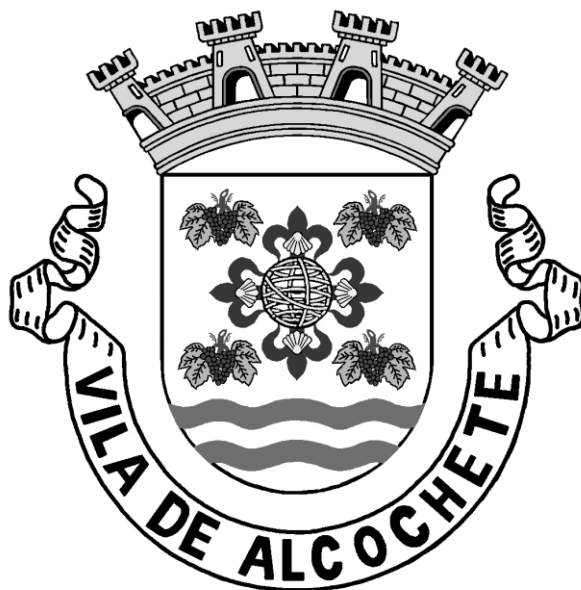




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 05 /19

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 25 DE JUNHO
DE 2019**

Aos vinte cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão e Ricardo Alexandre Gomes Loureiro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Rodolfo Soares Marques Pereira, Susana Isabel Marques Pereira Maia e Maria de Fátima Lima Vieira.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Ana Mafalda Boieiro Marques.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da junta de freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva.

- João Ricardo Figueiredo Lopes.

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, justificou a sua ausência por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Doc 1)

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Ata da sessão ordinária realizada em 22 de fevereiro de 2019

Submetida à discussão, Luiz Batista propôs que na página 7 onde se lê “PDS” deverá ler-se “PSD”, o que foi aceite.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, com a alteração proposta.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:

- Luiz Batista:

Deu conhecimento da reunião realizada com a Comissão Permanente do Ordenamento do Território, Urbanismo e Atividades Económicas, a solicitação da bancada da CDU e na qual foi eleito presidente da mesma.

Estiveram presentes os membros eleitos para a Comissão e o senhor vereador Pedro Lavrado. Faltou o técnico responsável pelo projeto em apreciação, por motivo de saúde.

- Andreia Sousa:

Solicitou a realocização dos ecopontos junto à estrada do Monte Novo, dado que ocupam uma grande parte do passeio.

- Sérgio Simões:

Referiu que dada a situação geográfica e o desenvolvimento que tem vindo a ocorrer na zona de Alcochete, o mesmo tem contribuído para o aparecimento de várias entidades, nomeadamente a AML da qual já se faz parte. Há ainda a AMRS e a ANMP pelo que questionou se não serão já entidades a mais para fazer o mesmo.

Reparou que no orçamento, a AMRS tem um valor superior a cinquenta mil euros anuais, não sabendo contudo se este valor terá alguma coisa a ver com o “Festival da Liberdade” que se realizou em Alcochete, questionando contudo, qual a justificação para este valor, dado que comparativamente, a Associação de Bombeiros recebe cerca de quarenta e cinco mil euros.

- Henrique da Câmara:

Prestou informação relativa aos resultados do 1.º semestre de 2019 dos processos que estão em tratamento na CPCJ. Manteve-se o número de 58 processos, o que indica

estabilidade. Relativamente ao tratamento dado não há alterações em relação ao 2.º semestre do ano anterior.

Questionou a vereadora Maria de Fátima Soares no sentido de saber se esta mantém a informação prestada em abril, a propósito de algumas intervenções que serão feitas na Escola Básica do Samouco, Centro Escolar de S. Francisco e Escola do Monte Novo.

Referiu o seu agrado para com um vídeo que passou nas redes sociais sob o título “Melhorar Alcochete”, porque de facto o mesmo mostra obras efetuadas pelo anterior executivo, como por exemplo o passeio da frente ribeirinha ou a praça da República no Samouco.

Chamou a atenção para a altura das ervas (com cerca de um metro) em vários locais, ilustrando com fotos. Entende que os municípios devem saber que não está tudo bem como se vê no vídeo, apesar de se pagarem pequenas fortunas a empresas para tratar os espaços verdes, acabando por isso por não se saber qual é o trabalho dos funcionários da autarquia nesta área.

Há algum tempo atrás, o deputado Diogo Mourão colocou um *post* dizendo que os passeios estavam cheios de ervas, mas o que mostrou nesta sessão são fotos que retratam a relva a chegar à altura da cintura.

Relativamente à questão das praias, considera o contrato dispendioso para a limpeza destas (acima de 70 mil euros, ou seja cerca de 8 mil euros por praia/mês), porém, não se veem grandes melhorias. Nas redes sociais circula que a requalificação da praia do Samouco foi concluída pelo senhor Leonel Fina e pelo presidente da câmara, não se sabendo bem em que é que a função poderá ter sido partilhada, porque apenas conhece o senhor Fina como candidato do PS derrotado na eleição à freguesia de Samouco

A limpeza da praia é uma competência da câmara ou da empresa que foi contratada? Não lhe parece que a empresa tenha estado na dita requalificação. Será que foi uma situação de solidariedade para com os habitantes do Samouco, por parte do senhor Fina e dos mariscadores (que são quem suja o espaço)? Se resultou do trabalho dos cidadãos, parabeniza a iniciativa. Contudo, está por fazer o trabalho da câmara, o que o leva a não perceber bem a situação. O que levou os mariscadores a dirigirem-se ao senhor Fina e não antes, ao presidente da junta de freguesia? Lembrou que estes nunca estiveram disponíveis para ajudar no tempo em que a limpeza era efetuada pela junta de freguesia. Concluindo, entende que falta esclarecimento nesta matéria.

Ainda em relação às praias, na cláusula 1.ª do contrato, é referido que a praia terá uma limpeza diária entre as 04:00H e as 10:00H, mas nas redes sociais o senhor Fina afirma que a praia será limpa três vezes por semana, pelo que desta forma, continua a haver discrepância nas informações. Para além disso, foi efetuado um outro contrato com a empresa do senhor Barreto, por cerca de €15 264,00 por um período de cerca de quatro meses, que refere a Aquisição de Serviços de Limpeza – Manutenção de Parques de Merendas, Balneários, Estacionamento e Zonas Adjacentes, sendo que a 1.ª cláusula refere que o presente contrato tem por objetivo principal a aquisição de serviços de abate de árvores, quando se sabe que tem uma firma de paredes e pavimentos, considerando face a isto, que existe alguma coisa que não bate certo, apesar de poder ter sido alterado, mas não consta dos registos da firma.

- Luiz Batista:

Em relação à limpeza da vala, apesar de o presidente da câmara dizer que já foi feita, a verdade é que não foi feita, ou seja, apenas foi feita pela metade, porque foi feita até à ponte e à frente dos prédios, mas na frente da rua das Descobertas não foi feita. Nesta zona também ocorre outra situação que é a seguinte: ao fim de semana (depois de alguns reparos) foi varrida a areia que se encontra em cima da calçada na zona do *Pikolé*, motivado pela ação do vento, tapando inclusive o passadiço de madeira que dá a esse acesso. Isto aconteceu em 30 de outubro e apenas nesta data foi limpo, contudo, de forma “sui generis”, porque após a recolha da areia em vez de a devolverem ao sítio a que pertencia, não, ela foi varrida para cima dos canteiros e isto não é um trabalho que se faça.

Ainda nesta zona, há algum tempo foi realizado o *Festival da Liberdade*, o qual teve uma ação noturna (não se sabe se o presidente da câmara se deslocou até ali) para ver que há um setor da frente ribeirinha que se encontra às escuras desde 26 de maio de 2018, para além da danificação de alguns postes de iluminação que já se encontravam deficientes e esta situação afeta a segurança das pessoas que ali moram (estrangeiros que moram na Praia do Sal e usam aquele passeio para fazer o trajeto. A referida zona já foi alvo de situações menos boas, que tiveram reporte à GNR por parte da pessoa que foi vítima da situação, sendo por isso conveniente que a reposição dos candeeiros seja efetuada.

Esclareceu que quando reportou a falta de democraticidade dos meios de propaganda do município, é porque na verdade não era dada voz nem espaço à oposição. Mesmo após a saída do segundo número do jornal a situação manteve-se, apesar da promessa do presidente da câmara. Reiterou que o jornal e os meios do município são pagos por todos e são de todos.

- Presidente da câmara:

Em resposta à deputada Andreia Sousa, esclareceu que os ecopontos são propriedade da AMARSUL e que esta, após reunião com a câmara, se comprometeu a deslocalizar os equipamentos, efetuando em simultâneo as obras para a implantação dos mesmos.

Relativamente à questão colocada pelo deputado Sérgio Simões, esclareceu que a câmara paga à AMRS uma quota anual de €46 800,00 e que para além deste valor há outro que é pago e tem a ver com a península digital, que é a entidade que gere o *site* da câmara, fazendo o alojamento de toda a informação que a câmara transaciona e isso custa aos cofres municipais €12 600,00. À AML, a câmara paga uma quota anual de €9 000,00, contudo, a questão colocada é pertinente, se se fizer uma analogia entre o que a AMRS presta e o que é prestado pela AML. Em atenção a isso, fará muito mais sentido a câmara estar domiciliada na AML. Nada disto tem a ver com questões políticas nem financeiras, mas sim com o entendimento da estratégia para o município, em função do que ambas as entidades podem prestar, dizendo, por exemplo, que foi quase por mero acaso que o *Festival da Liberdade* aconteceu em Alcochete em 2018, para além das ações de formação que a AMRS promove, mas que também a AML o faz.

Na verdade, há municípios que têm dívidas junto da AMRS que ainda não estão devidamente esclarecidas como é o caso dos municípios de Setúbal e Loures.

Quanto às questões colocadas pelo deputado Henrique da Câmara informou:

Começou pelas escolas, dizendo que tal como estava previsto, está em fase conclusiva de procedimentos; irá ser requalificada a escola do Monte Novo e será ampliado o Centro Escolar de S. Francisco. A requalificação e ampliação da escola básica do Samouco está prevista para 2020 e o seu projeto está a ser alvo das especialidades que estão agregadas. O valor desta obra orçará cerca de 800 mil euros.

Com a autorização dos presidentes da câmara e da assembleia, usou da palavra a vereadora Maria de Fátima Soares, reiterando o que já tinha dito em abril, ou seja, que a escola do Valbom aguarda o Visto do Tribunal de Contas (está na eminência de sair). A requalificação do terreno que irá albergar a escola já tem o procedimento praticamente concluído para o seu início. Em relação ao Monte Novo, não será uma obra de ampliação, mas sim de requalificação numa primeira fase. Na escola básica do Samouco, durante o verão será substituída a tela que cobre o chão porque se encontra danificada. Estão a ser trabalhados os projetos de execução para a requalificação e ampliação para que a obra tenha início no ano letivo 2020/2021.

Em S. Francisco, já começou a reconversão da *mezanine* na sala da biblioteca no Centro Escolar. Na escola da Restauração já terminou a requalificação do jardim-de-infância que não estava previsto na ampliação.

Deu conhecimento, que pelo delegado regional, Francisco Neves, sabe que irá haver intervenção na cobertura da escola Secundária e que na escola El-rei D. Manuel I será injetado algum dinheiro para a continuidade dos trabalhos de requalificação.

Informou ainda, que já foi recebido o novo mapeamento para a Educação, onde consta a escola El-Rei D. Manuel I como prioritária para a modernização.

Referiu também que apesar de as escolas El-rei D. Manuel I e escola Secundária não serem da tutela da autarquia, será feito por esta todo o possível e o impossível para tornar as escolas mais confortáveis e seguras para todas as crianças.

- Presidente da câmara:

Em relação à campanha de sensibilização “Melhorar Alcochete” afirmou que é mais uma de entre outras que o município irá desenvolver com o esforço dos dinheiros públicos, com a colaboração de todos, inclusive dos trabalhadores da autarquia que como se deve imaginar não estão em casa, nem estão todos de férias, mas sim no trabalho, independentemente dos “outsorcings” que este executivo faça e continuará a fazer, porque a gestão é deste executivo e é este que gere os dinheiros da forma que entende, de acordo com as suas prioridades.

O objetivo desta campanha vem no seguimento daquilo que sentem por Alcochete, terra onde nasceram, cresceram e onde têm os filhos. Serve para pedir ajuda às pessoas para que ajudem a fazer de Alcochete uma terra tranquila, vistosa, onde se possa viver com qualidade de vida, onde todos possam desfrutar dos espaços públicos cuidados e arranjados, dotados de condições para que as crianças brinquem à vontade nos parques infantis, nos quais irão fazer um investimento que ascende a mais de 120 mil euros.

Concorda quando o deputado Henrique da Câmara afirma que não está tudo feito, mas não é possível fazer em ano e meio o que não foi feito em doze anos, desde a contratação de funcionários, aquisição de materiais, máquinas e equipamentos, entre outros.

De facto, foi contratada uma empresa para assegurar a limpeza das praias, a dos Moinhos e a do Samouco. O contrato celebrado é entre 1 de junho e o último dia de setembro, pelo valor de 70 mil euros, se bem que a mesma tivesse feito um trabalho preparatório dois dias antes da data de início. Acrescentou também, que para chegar a esta empresa foram consultadas outras e os preços rondavam os mesmos valores. É um trabalho difícil, reconhecido pelo presidente da Junta de Freguesia de Samouco, para além de ser evidente que o trabalho desenvolvido pela empresa em 2018 não resultou.

No presente, a empresa trabalha todos os dias e por vezes muito para além do horário estipulado. Naturalmente, no Samouco e pela dimensão do espaço, apenas executa a limpeza três vezes por semana e das informações que possui, todos estão satisfeitos com o trabalho desenvolvido.

A outra empresa contratada é de segurança para estar presente no parque de merendas, desde o dia 1 de junho até ao último dia de outubro. O objeto social da empresa era apenas o de zelar pelo espaço e alguma anomalia que acontecesse chamaria a GNR e para isso, foram pagos cerca de 15 mil euros. A firma contratada é do Samouco e já com histórico até na Junta de Freguesia de Samouco e nada melhor que ter alguém do Samouco que pudesse efetuar o trabalho sensivelmente pelo mesmo preço e em maior quantidade, preservando a manutenção e limpeza do parque de merendas, dos balneários e da zona envolvente aos mesmos. As pessoas estão satisfeitas, o espaço está apresentável e isso é que é importante.

Quanto às questões com o senhor Leonel Fina, terá que falar com o mesmo, que certamente responderá às dúvidas apresentadas.

Esclareceu que o que chegou à câmara foi a vontade expressa de um grupo de mariscadores, para, em função dos prejuízos que causam, poderem utilizar um outro espaço para estacionamento, pedindo a necessária ajuda. Trata-se de um terreno privado, no qual a câmara não tem competência para intervir. Porém, um grupo de cidadãos do Samouco está a desenvolver um trabalho que considera extraordinário e o resultado está à vista. Quer os mariscadores quer o grupo de cidadãos não têm qualquer interferência no parque de merendas nem tão pouco, no estacionamento frente a este ou ainda na zona envolvente aos balneários.

A câmara apenas ajudou a recolher o lixo que resultou da limpeza do espaço.

Relativamente ao CAE da empresa, informou que o serviço de contratação pública só pode contratar se o objeto social da empresa corresponder ao pretendido e foi o que aconteceu.

Em resposta ao deputado Luiz Batista, esclareceu que a vala já foi limpa, tal como anteriormente já tinha informado. Este serviço constava de um planeamento e foi

executado, sendo que a parte que não foi limpa se deve ao facto de ser privado e o seu proprietário já foi notificado para proceder à limpeza da mesma.

A falta de resposta em relação à iluminação, resulta do facto de se aguardar que a EDP (entidade a quem compete) proceda aos reparos, porque a câmara em devido tempo a alertou para as situações.

Deu razão ao deputado Luiz Batista no que diz respeito ao jornal, lembrando inclusive que na altura em que foi deputado municipal pelo PS, colocou a questão junto do anterior executivo, ao abrigo da Lei do Estatuto da Oposição. Se o município editar um jornal, boletim municipal ou o que quer que seja, torna-se necessário dar voz às bancadas da assembleia municipal e de facto, este pedido já foi endereçado ao Setor de Comunicação e Imagem da câmara municipal, o qual transmitiu que apresentou o que foi possível, tendo em conta o atraso significativo na feitura das atas. Está convicto que na terceira edição do jornal já estará tudo solucionado, de forma a dar cumprimento à legislação.

- Álvaro Costa:

Referiu que todos têm conhecimento das dificuldades que existem na atualidade e das que existiam nos últimos mandatos, porventura, bem maiores, por condições naturais, financeiras e por não ser possível admitir funcionários. O atual executivo tem dificuldades porém, tem poder financeiro para ultrapassar as dificuldades.

Reconhece que o largo de S. João está mais bonito, porque se possível as flores são mudadas todos os meses e as flores são bem tratadas. Quando dá uma volta pelo concelho repara que em S. Francisco a relva está mais ou menos bem tratada e o mesmo na Fonte da Senhora e Passil, estando portanto tudo dentro do normal, contudo, em relação ao Samouco já não vê o mesmo; os largos não tiveram nenhuma intervenção desde outubro de 2017 no que respeita ao seu embelezamento, à manutenção das flores existentes e nas caldeiras das árvores que têm rega automática nunca lá foi colocada nenhuma flor.

Entende que com este tipo de crítica também se ajuda o município a funcionar bem, todos pertencem a um partido político e fazem as suas intervenções de acordo com a sua opinião, havendo por isso que respeitar todos os pontos de vista. Criticou frontalmente o executivo camarário porque por vezes este tem sentimentos partidários do que discorda em absoluto. Não lhe parece correto quando o executivo se desloca a uma freguesia para ver o decorrer de obras sem que o presidente da junta de freguesia seja convidado a acompanhar, porém, no caso do Samouco, na visita esteve presente um elemento da assembleia de freguesia, por coincidência o cabeça de lista do PS nas últimas eleições. Recordou que já fez parte de alguns executivos e sempre que se dirigiam às freguesias convidavam o respetivo presidente. Em sua opinião é mesmo uma questão de princípio.

Mostrou o seu desagrado pela forma como o presidente da câmara abordou a questão levantada por um deputado, em relação à AMRS e à AML. Trata-se de duas entidades distintas em termos territoriais e com diferentes funções e são ambas muito antigas. A AMRS foi criada pelos municípios e faz a estes o que individualmente estes não conseguem fazer. Naturalmente, que os municípios que têm dívidas a esta entidade devem saldar as mesmas.

A AML não tem nada a ver com a AMRS, dizendo até, que já houve um tempo em que a AML tinha uma maioria de câmaras CDU e nos órgãos sociais isso nem sempre se refletia. Contesta-se quando estão maioritariamente umas forças políticas e também quando estão outras de cor diferente, mas o importante é que sirvam as populações.

Quanto à limpeza das praias, reconheceu que há dificuldades, contudo, entende que as coisas já foram feitas de melhor forma, lembrando porém, que no momento existem condições de prestar um melhor serviço, criando condições para as pessoas que frequentam as praias, dado que são pontos importantes de encontro para a população bem como para os visitantes.

- Henrique da Câmara:

Esclareceu que não confunde as verbas para a praia do Samouco e para a limpeza desta, mas continuava sem saber quem fez a limpeza da praia antes do início da época balnear, ou seja, se foi o senhor Fina com os mariscadores ou se foram estes que pediram ajuda ao senhor Fina e este trabalhou com a câmara, ou ainda, se foi a câmara conforme lhe compete, através da empresa contratada.

Questionou a quem pertence o trator que se vê nas fotografias nas redes sociais?

Entende também que o contrato efetuado para a limpeza da praia não está correto, dado que deveria ser feita a limpeza diariamente independentemente do seu tamanho, mas de acordo com a informação do senhor presidente não é assim, parece que é apenas limpa três vezes por semana.

As verbas serão sempre bem gastas desde que seja em benefício da população. No entanto, havendo dinheiro, a câmara deveria investir na contratação de mais funcionários e na aquisição de máquinas e equipamentos, de forma a gastar menos dinheiro com a contratação de empresas externas.

- Luiz Batista:

Ainda em relação à limpeza da vala, de acordo com a informação do senhor presidente da câmara que afirma que pertence a privados, então a câmara executou trabalhos numa parte que não é pública, contudo, continua a defender que uma parte é da competência da câmara.

Congratulou-se por ter sido encontrada uma solução para os mariscadores no Samouco e quando há boas soluções, estas devem ser replicadas, nomeadamente em Alcochete, e com especial ênfase para a proibição de estacionamento que foi criada.

- Diogo Mourão:

Congratulou-se com o facto de a câmara e a assembleia já não utilizarem copos e garrafas de plástico nas reuniões.

Em resposta ao deputado Henrique da Câmara, recomendou-lhe que fizesse a leitura na íntegra dos seus comentários nas redes sociais e questiona onde estavam os deputados

da CDU, quando no final do anterior mandato foram colocados “outdoors” a anunciar obras que não existiam bem assim, como os livros de propaganda, sempre adjudicados à empresa REGISET, para além de gastos bastante assinaláveis em gasóleo, gasolina e telecomunicações. Os espaços verdes encontravam-se numa lástima com muitas árvores a morrer.

Questionou se as juntas de freguesias já tinham remetido o relatório do acordo de transferência de competências?

- Presidente da assembleia municipal:

Informou que apenas foi recebido o relatório da Junta de Freguesia de S. Francisco e foi recebido em março. A Junta de Freguesia de Samouco não estava obrigada a entregar porque o acordo foi assinado em outubro e o relatório é semestral. A Junta de Freguesia de Alcochete deveria tê-lo feito chegar mas até à presente data não o fez.

Lembrou que a câmara deve remeter à assembleia informação sobre as suas atividades na AMRS e na AML, dado que há dinheiros públicos envolvidos e a assembleia é um órgão fiscalizador. A disposição está na Lei e no Regimento.

- Presidente da câmara:

Em resposta ao deputado Álvaro Costa, referiu que concorda com ele quando diz que o largo de S. João está mais bonito, mas é um trabalho inacabado, acontecendo o mesmo noutros locais do concelho. Em relação ao Samouco indicou o arranjo da pérgula junto ao coreto há cerca de dois meses e ainda a abertura de vários procedimentos relativamente à requalificação paisagística, tais como: praça da República, beco das Flores e praça José Coelho.

Informou também, que em menos de um ano foram plantadas 144 árvores no concelho e abatidas cerca de 20, o que se traduz num saldo muito positivo. Alcochete não está recuperada e esteve durante algum tempo mórbida e não é possível ressuscitá-la de um momento para o outro, mas continuam a trabalhar para melhorar.

Quanto ao não convidar o executivo da Junta de Freguesia de Samouco aquando das visitas ao Samouco, esclareceu que também não o fazem quando se deslocam a S. Francisco. O senhor Leonel Fina estava presente na aludida situação porque é frequentador assíduo do espaço na qualidade de responsável pela secção de futebol e não na qualidade de convidado para estar presente.

Esclareceu também que o executivo discutirá sempre e votará a permanência do município na AML e AMRS de acordo com as suas pretensões, não deixando contudo de referir que tem dificuldade em dizer que os valores estão justificados.

Entende ainda que não ficaria mal ao deputado Álvaro Costa e sendo residente na freguesia de Samouco, reconhecer que a praia do Samouco está melhor em relação ao que estava há seis meses atrás e ainda em relação à praia voltou a explicar (em resposta ao deputado Henrique da Câmara) o que já explicou nesta reunião. Quanto à propriedade do trator, pertence à firma EcoAmbiente bem como a máquina associada.

A câmara está a investir na aquisição de máquinas e equipamentos (já consta no orçamento) para dotar os funcionários de melhores condições de trabalho, de forma a poder diminuir as contratações com empresas externas, apesar de estas não o chocarem.

Já é um avanço o deputado Luiz Batista reconhecer que uma parte da vala é de facto privada e que o trabalho desenvolvido na praia do Samouco (apesar de o trabalho não estar finalizado porque é de facto complexo) dever ser replicado em Alcochete. Esclareceu que a situação está a ser estudada, contudo não é de fácil resolução.

Quanto à entrega dos relatórios por parte das juntas de freguesia, informou que os remeterá à assembleia municipal após a sua receção, sendo que até ao momento apenas foi rececionado e remetido o da Junta de Freguesia de S. Francisco.

- Presidente da assembleia municipal:

Lembrou uma vez mais, que o envio dos relatórios das juntas é um procedimento legal.

- Álvaro Costa:

Reiterou que considera uma boa prática o executivo convidar as juntas de freguesia a acompanhar o executivo camarário, quando se desloca às mesmas, em visita a obras em execução.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:

- Ana Maduro, em nome do PS apresentou um “Voto de Louvor às Coletividades do Concelho”

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

Não votou o deputado Diogo Mourão ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

- Diogo Mourão, em nome do PS apresentou em “Voto de Louvor ao Atleta José Machado”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Ricardo Loureiro, em nome do PS, apresentou um “Voto de Pesar pelo Falecimento da escritora Agustina Bessa Luís”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto este período, registou-se a intervenção do seguinte munícipe:

- Sr. João Marafuga:

Teceu comentários ao serviço do gabinete de comunicação e imagem da câmara municipal dizendo que não entende o desempenho do mesmo ao nível ideológico, político, filosófico, cultural, jornalístico entre outros, exemplificando algumas das situações que considera menos corretas, nomeadamente na página de *facebook*, que considera dar pouca relevância a algumas notícias que considera da maior relevância, como por exemplo os festejos de S. João.

- Presidente da câmara:

Considerou que o munícipe estava um pouco equivocado relativamente ao desempenho do gabinete de comunicação e imagem da câmara municipal. Explicou que se trata de um gabinete que trabalha com um número reduzido de funcionários, estes têm direito a férias ou também acontece que podem ficar de baixa médica, o que vem dificultar o seu desempenho, contudo, reconhece que são funcionários que dão o seu melhor ao serviço da câmara.

Acrescentou ainda, que o grande fluxo de eventos que se verificaram e que foram uma mais-valia para o concelho (dando exemplos de alguns), pode ter contribuído para que a página nem sempre estivesse atualizada, para além de que não é a câmara que faz subir ou descer as notícias na página dado que se trata de um processo interativo. Irá reunir com o gabinete para abordar esta temática.

O presidente da assembleia municipal propôs a realização de um intervalo de cinco minutos, o que foi aceite, tendo-se retomado de seguida os trabalhos.

O deputado Pedro Ferreira ausentou-se dos trabalhos durante o intervalo.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Não se registaram intervenções.

PONTO 2 – NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019 REFERENTE AO DECRETO-LEI 23/2019, DE 30 DE JANEIRO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA SAÚDE

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Referiu que a presente proposta se traduz apenas nas competências que a câmara não pretende aceitar para o ano de 2019 nem para o de 2020, pelo que tacitamente, as que não constam, são as que serão aceites.

A aceitação, é um caminho que se faz caminhando, sem receios, paulatinamente, para quando chegar a 2021 já existir algum ritmo, apesar das dificuldades que estas matérias acarretam, para além de que, certamente, as respetivas contrapartidas serão asseguradas.

- Luiz Batista:

Afirmou ser a favor da aceitação das transferências (por proximidade e melhor prestação de serviço aos cidadãos), lembrando que o processo também deve ser efetuado para as juntas de freguesia.

Após a explicação do presidente da câmara ficou confuso, sem saber de facto quais as competências que a câmara irá aceitar ou não, tendo em atenção o ponto 3, pelo que solicitou esclarecimentos.

- Presidente da câmara:

Esclareceu que a proposta remetida referia as competências que não iriam aceitar bem como as que aceitam.

Com autorização do presidente da câmara e do presidente da assembleia, a vereadora Maria de Fátima Soares, esclareceu, que em relação ao diploma da Saúde, a câmara decidiu não aceitar nenhuma competência para o ano de 2019. Apesar de ainda não ter saído o Mapa Definitivo, o executivo decidiu a comunicação à DGAL nesta altura, porque nos 60 dias após a publicação do referido Mapa terão que se pronunciar, porém, como vão entrar em período de férias (julho e agosto) corriam o risco de voltar à assembleia para aprovar o que não iria ser aceite em 2019. Para o ano de 2020 a câmara terá que se pronunciar até 30 de junho sobre todas as matérias.

Submetido à votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 3 – NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2020

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Álvaro Costa:

Entende que a proposta é contraditória, porque tem duas matérias distintas: uma de rejeição e outra de aprovação, pelo que propôs, em nome da CDU, que a alínea i) fosse retirada do texto da mesma. A CDU entende que se a descentralização não for

acompanhada do pacote financeiro necessário para a pôr em prática, assumirá a câmara a responsabilidade de ter que cumprir com base nas suas receitas (em princípio, deveriam ser canalizadas para outras competências, já existentes e para as quais, às vezes, o dinheiro não chega). Não é possível prever o que irá acontecer com os orçamentos de 2020 e 2021 em matéria de transferência de verbas.

- Presidente da assembleia municipal:

Afirmou que estava a haver um equívoco, porque a assembleia não tem que aceitar nada, tem é que dizer que não aceita, e a alínea i) é meramente explicativa.

- Presidente da câmara:

Discorda que seja retirada da proposta a alínea i), porque a CDU pode votar favoravelmente e após a votação, em Declaração de Voto, pode ressaltar o que entende e da forma como entende.

- Alexandre Gonçalves:

Afirmou que a posição do CDS-PP é a de votar favoravelmente a proposta, contudo, deixam como alerta a preocupação em relação a duas ou três questões: a transferência terá que ser acompanhada do respetivo suporte financeiro, e terá que ser avaliado em que condições é que certos imóveis, edifícios, infraestruturas (estas são muito importantes no caso de Alcochete) também irão ser transferidas para a responsabilidade do município, porque se as verbas a transferir forem apenas para áreas que garantam a política de proximidade e de fornecimento de serviços aos munícipes, só isto, poderá não chegar se tudo estiver em avançado estado de degradação e irá comprometer aquilo que em 2021 será obrigatório aceitar.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria a manutenção da alínea i), com 13 votos a favor e 8 votos contra.

Submetida a proposta à votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 4 – NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019 REFERENTE AOS DECRETOS-LEI N.º 21/2019 DE 30 DE JANEIRO E N.º 58/2019 DE 30 DE ABRIL

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 5 – NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019 E PARA O ANO DE 2020 REFERENTE AO DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO

Submetida à discussão, o presidente da câmara esclareceu que Alcochete não possui esta atividade.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 6 - PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A
“EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO DO
VALBOM” - PROC.º I-30/19/CP: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE
COMPROMISSOS PLURIANUAIS**

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Explicou que a empreitada recai sobre dois anos económicos, 2019 e 2020. Como o concurso ficou deserto pelo facto de ter sido excluída a única proposta por uma questão meramente formal (assinaturas), de acordo com o Código dos Contratos Públicos procedeu-se ao Ajuste Direto.

- Henrique da Câmara:

Questionou quando terminava a candidatura?

- Luiz Batista:

Na sua opinião, entende que o que vai ser votado perde validade e suporte jurídico dado que irão votar uma coisa que não vai ser efetivada, ou seja, para alterar o tipo de contratação é necessário anular o primeiro procedimento, ou então o título da proposta não deveria referir “concurso público”.

- Presidente da câmara:

Respondeu dizendo, que a candidatura vai até ao final do ano podendo ser reprogramada depois de terminar o final do ano.

Em resposta ao deputado Luiz Batista esclareceu que os procedimentos não são como este pensa, mas sim, que tendo havido um concurso público e a proposta aprovada ter que ser excluída devido a um formalismo, a Lei prevê que a câmara possa avançar para um ajuste direto, sendo exatamente isso que o executivo irá fazer. Porém, o que está em causa é a aprovação da divisão de Despesa exclusivamente.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

**PONTO 7 – REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES
DESPORTIVAS MUNICIPAIS DO CONCELHO DE ALCOCHETE**

Submetida à discussão, registou-se a intervenção da vereadora Maria de Fátima Soares (após autorização do presidente da câmara e assembleia):

Esclareceu que o regulamento estava desatualizado, nomeadamente na unidade orgânica responsável pela gestão dos equipamentos desportivos e também foi incluído o artigo com referência ao diretor técnico para instalações desportivas. Ficam clarificados os critérios para utilização das instalações e alterado o período de solicitação para

utilização regular das mesmas, clarificando ainda as necessidades em matéria de segurança, prevenção e controlo da violência nas instalações desportivas e municipais que não estavam previstas no anterior regulamento.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 8 - COMISSÃO EVENTUAL PARA REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – DESIGNAÇÃO DE MEMBROS

O presidente da Assembleia Municipal propôs a indicação de um elemento de cada bancada, incluindo também a sua participação.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Ficaram designados:

- Pela CDU: Miriam Pires Boieiro
- Pelo PS: Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira
- Pelo CDS-PP: Ana Mafalda Boieiro Marques
- Pelo PSD: Luiz Branco Batista

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Neste período usaram da palavra os seguintes deputados:

- Henrique da Câmara:

Quanto à limpeza da praia, disse que a foto do presidente da câmara com o senhor Leonel Fina não é da altura da campanha eleitoral, porque o texto da mesma frisa que o “senhor Fina e o presidente da câmara levaram a cabo a atividade...”

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que não foi dito por ele.

- Henrique da Câmara:

Concordou com a afirmação anterior e congratulou-se pelo facto de ter sido feita uma primeira limpeza pelos funcionários da câmara, porém desta, não viu nada noticiado.

Em relação à firma contratada, afirmou que o histórico da firma do senhor Barreto é no âmbito da construção civil e não no da limpeza de praias, ou parques de merendas. O CAE foi alterado há pouco tempo.

Relativamente às redes sociais, ficou chocado com uma publicação do deputado Diogo Mourão sobre uma situação que se passou no muro da igreja do Samouco com um cartaz, que inadvertidamente ali foi colocado por um elemento da JCP – Juventude

Comunista Portuguesa. JCP e PCP são coisas completamente distintas, são autónomas e cada um tem a sua Direção.

Afirmou que não foi o PCP que colocou o cartaz, mas o deputado Diogo Mourão, num dos comentários diz: “a malta da Festa do Avante é assim”. Aconselhou por isso, que se o deputado quer ser respeitado dentro da vida política e na sua vida pessoal, tem que saber dar-se ao respeito. Falar da malta da Festa do Avante toca-o diretamente e a muitos seus camaradas. A afirmação do deputado não é correta, pelo que o mesmo deve moderar um pouco a sua maneira de estar, porque a malta da Festa do Avante não é assim como ele pensa.

O presidente da Assembleia Municipal propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

- Diogo Mourão:

Quanto ao comentário que proferiu, referiu-se à malta da Festa do Avante porque o cartaz estava identificado com esta festa.

- Henrique da Câmara.

Afirmou que não é correta a anterior afirmação.

- Diogo Mourão:

Reiterou que o mesmo se encontra referenciado na parte de baixo do cartaz. O deputado Henrique da Câmara afirmou que JCP e PCP não são a mesma coisa, porém, defendeu a JCP embora pareça já não ter idade para fazer parte desta.

Disse também, que quando tem disponibilidade, gosta de assistir às reuniões de câmara, porque gosta de estar informado sobre os assuntos e alguns destes são posteriormente presentes na assembleia. E, na reunião que aconteceu a 29 de maio, no Centro Comunitário do Passil, com início às 21:00 horas e *términus* às 00:30 horas, uma das propostas aprovadas (rescisão do contrato com a CONDESP,SA), apareceu publicada “*ipsis verbis*” nas redes sociais, cerca das 00:20 horas, num grupo de *facebook* privado. Já não é a primeira vez que acontece que documentos ligados à câmara e à assembleia (documentos a que apenas têm acesso os intervenientes dos partidos) apareçam publicados antes de terminarem as reuniões. Trata-se de uma situação que o preocupa, tanto mais, que também há declarações de voto que surgem primeiro em grupos oficiosos e só depois nas páginas oficiais. Salientou que nunca os eleitos do PS (câmara e assembleia) divulgaram documentos do foro interno destes órgãos, seja em exercício, seja em oposição.

- Presidente da assembleia municipal:

Referiu que todos ficam muito admirados com o valor da abstenção, mas todos os que exercem cargos públicos são culpados, porque fazem mal à democracia a dizer mal uns dos outros, levando a que os eleitores não acreditem nos políticos. Já é tempo de se

respeitarem uns aos outros, não esquecendo que por omissão também se faz mal à democracia.

- Henrique da Câmara:

Esclareceu que não defendeu a JCP porque este é um organismo independente e se for atacada terá que se defender. Na sua intervenção limitou-se a defender o seu bom nome porque faz parte da malta da Festa do Avante.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:15 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,